

Novas Tecnologias da Informação: potencial para resgate do espaço público e da racionalidade crítica *versus* os riscos do totalitarismo digital

Carlos Eduardo Sandano Campos

Resumo

A finalidade deste trabalho é examinar teórica e epistemologicamente a possibilidade das novas tecnologias digitais da informação contribuírem para a formação de um novo espaço comunicacional dialógico que funcione como um contraponto ao espaço midiático tradicional. Assim, analisa-se primeiramente a produção de um discurso ideológico dominante que tende a totalizar o fluxo informativo dos media, entendendo como a ideologia preponderante deste processo captura o espaço político utilizando os meios de comunicação. Posteriormente, discute-se a questão da propriedade da informação e as possibilidades de usos dos novos meios digitais, tanto em seu aspecto de controle quanto de plataforma para um livre fluxo informativo.

Palavras-chave

Novas tecnologias digitais da informação; Internet; Comunicação e espaço público; Comunicação dialógica; Epistemologia da comunicação.

Abstract

New information technologies: potential to rescue the public space and critical rationality *versus* the risks of digital totalitarianism

The aim of this paper is to examine theoretically and epistemologically the possibility of new digital technologies of information contribute on the development of a new communicative and dialogical space that works as an opposition to the traditional mediatic one. Thus, we first analyzed the production of an ideological and dominant speech, which is inclined to totalize the informative flood of media, knowing how the dominant ideology in this process captures the political space, using the means of communication. Later, we discussed about information property and the possibilities of usage of the new digital means, as in its controlling aspect or as a platform to a free informative flux.

Key-words: New Digital Technologies of Information; Internet; Communication and Public Space; Dialogical Communication; Communication Epistemology.

Resumen

Nuevas tecnologías de la información: potencial para el rescate del espacio público y de la racionalidad crítica *versus* los riesgos del totalitarismo digital

La finalidad de este trabajo es examinar teórica y epistemológicamente la posibilidad de las nuevas tecnologías digitales de la información contribuyeren para la formación de un nuevo espacio comunicacional dialógico que funcione como un contrapunto al espacio mediático tradicional. Así, analizase, primeramente, la producción de un discurso ideológico dominante que tiende a totalizar el flujo informativo de las "media", entendiendo como ideología preponderante de este proceso la captura del espacio político, utilizando los medios de comunicación. Posteriormente, discútese la cuestión de la propiedad de la información y las posibilidades de usos de nuevos medios digitales, tanto en su aspecto de control, cuanto de plataforma para un libre flujo informativo.

Palabras-claves: Nuevas Tecnologías Digitales de la Información; Internet; Comunicación y Espacio Público; Comunicación Dialógica; Epistemología de la Comunicación.

Neste trabalho, analisamos algumas potencialidades das novas tecnologias de comunicação e procuramos compreender sua efetivação como uma mídia. Em relação às potencialidades dos meios digitais, é feito um panorama dos usos da Internet em seus aspectos de controle e de liberdade do indivíduo para gerar uma base de reflexão sobre as conseqüências dicotômicas do avanço das tecnologias emergentes da informação: o aumento do aparato de controle e a possibilidade do surgimento de novas vozes comunicacionais. Desta forma, examina-se as possibilidades deste discurso ser retrabalhado durante seu processo de recepção e quais os espaços disponíveis para discursos dialógicos em um conjunto polifônico de vozes comunicativas, não como um estudo de como se dão as mediações nos processos comunicacionais, mas examinando epistemologicamente como utilizar os estudos da comunicação para a observação da dinâmica da sociedade de massas em um contexto mais amplo e de modo transdisciplinar.

Deste modo, partimos aqui de duas conseqüências dicotômicas do avanço das tecnologias emergentes da informação: o aumento do aparato de controle e a possibilidade do surgimento de novas vozes comunicacionais. E as conclusões que aqui surgirem não serão para nós pontos de chegada, mas indagações iniciais para futuras investigações epistemológicas e metodológicas que pretendemos desenvolver.

A sociedade midiática e os estudos da comunicação

A homogeneização que hoje se processa em escala planetária nos coloca novamente frente à tarefa de responder ao dilema que a sociedade de massas cria no próprio momento em que surge: assim como possibilita o aparecimento da democracia e proporciona igualdade entre os homens, corrompe o indivíduo. É provavelmente Toqueville o primeiro a entender a completa dimensão do problema: “a igualdade produz efetivamente duas tendências: uma leva os homens diretamente à independência e pode impeli-los à anarquia. E a outra os

conduz por caminho mais longo, mais secreto, porém mais seguro, à servidão”¹.

Analisando esta última possibilidade, o despotismo nas nações democráticas, o autor de *Democracia na América* reflete:

*Creio, portanto, que a espécie de opressão de que estão ameaçados os povos democráticos em nada se assemelha à que a precedeu neste mundo [...] os termos antigos, despotismo e tirania, não convêm [...] Se quisesse imaginar com que traços novos o despotismo poderia produzir-se no mundo, veria uma multidão incontável de homens semelhantes e iguais, que se movem sem cessar para alcançarem pequenos e vulgares prazeres, de que enchem a própria alma [...] Acima desses homens erige-se um poder imenso e tutelar, que se encarrega sozinho de assegurar-lhes os prazeres e de velar-lhes a sorte [...] Desse modo, torna cada dia menos útil e mais raro o emprego do livre arbítrio; se vier a encerrar a ação da vontade num espaço ainda menor, furtará de cada cidadão o próprio uso de si mesmo. A igualdade preparou os homens para todas essas coisas: predispô-lo a suportá-las e freqüentemente a vê-las como benfazejas*².

Convém aqui lembrar que muitos dos elementos presentes no momento histórico em que tal nova forma de despotismo assumiu sua face mais apavorante e tornou-se uma ameaça tangível — e recebeu a denominação que faltava a Toqueville, totalitarismo — podem ser encontrados hoje: depressão econômica estrutural e crise social³, criação e rápida expansão novas tecnologias midiáticas, crises e conflitos de identidade (étnicos), dissolução de fronteiras e crise do conceito de Estado-nação, a aceleração da destruição do passado. Persiste assim a dicotomia de uma sociedade que, mesmo sendo

¹ TOCQUEVILLE (1973), p. 309

² Ibid, p. 312 e 313.

³ “Essa sensação de desorientação e insegurança produziu significativas fendas e rearranjos tectônicos na política dos países desenvolvidos, mesmo antes que o fim da Guerra Fria destruísse o equilíbrio internacional no qual se apoiava a

baseada na soberania da vontade popular, nos faz pensar se o totalitarismo⁴ não é um incidente lamentável, mas sim uma consequência natural de suas características estruturais. Por outro lado, também é possível contabilizar aspectos positivos. Segundo uma visão liberal da história, “passados 160 anos, o mundo fez até agora progressos inimagináveis no bem estar humano, qualquer que seja a medida usada”⁵. Mesmo um autor crítico, comparando o mundo da década de 1990 ao de 1914, observa que “até a década de 1980 a maioria das pessoas vivia melhor que seus pais e, nas economias avançadas, melhor que algum dia tinha esperado viver, ou mesmo imaginado viver”⁶.

Colocando em termos diretos, a questão é saber se é possível separar o movimento de igualdade social, desenvolvimento tecnológico e crescimento econômico da uniformização e homogeneização cultural. No âmbito dos estudos da comunicação, a dicotomia que permeia a sociedade de massas possui uma imagem já clássica na distinção feita por Eco entre apocalípticos e integrados:

O erro dos apologistas é sustentar que a multiplicação dos produtos da indústria seja boa em si, segundo um ideal mimetizado do livre mercado, e não deve ser colocada sob crítica e novas orientações.

*O erro dos apocalípticos-aristocratas é de pensar que a cultura de massa seja radicalmente ruim exatamente por ser um algo industrial e que hoje se possa realizar uma cultura que fuja do condicionamento industrial.*⁷

estabilidade de várias democracias parlamentares ocidentais”. HOBBSAWN, (2003) p. 406.

⁴ Excluindo as especificidades históricas das experiências política italiana e alemã em meados do século XX, o confronto ideológico com o comunismo e a questão da mobilização das massas, reduzimos a definição de totalitarismo para: *sistema autoritário de dominação que é caracterizado [...] pela tentativa de integrar nas estruturas de controle do partido ou do Estado, de acordo com uma lógica totalitária, a totalidade das relações econômicas, sociais, políticas e culturais.* BOBBIO (2000), p. 466.

⁵ THE ECONOMIST (2003 B).

⁶ HOBBSAWN (2003), p. 21.

⁷ ECO (1999), p. 46.

Eco, então, reflete sobre a questão nos seguintes termos:

Os problemas estão mal colocados quando são formulados assim: ‘é bom ou ruim que exista a cultura de massa?’ [...] O problema, no entanto, é: ‘a partir do momento que a atual situação é de uma sociedade industrial que inevitavelmente possui esta relação comunicacional inserida nos meios de massa, qual ação cultural é possível para que estes meios de massa possam transmitir valores culturais?’⁸

Ou seja, o caminho não é comparar a atual sociedade de massas com a realidade, digamos, renascentista, mas estudar seus instrumentos massivos de modo a visualizar as possíveis transformações culturais, sem que nossos juízos de valores em relação aos produtos culturais desta sociedade delimitem o objeto de estudo. Saindo de uma atitude passiva ou de instrumentalização da cultura, as respostas para os problemas da comunicação não estão nem na crítica metafísica que rejeita analisar empiricamente seu objeto de estudo, tampouco na reprodução acrítica dos valores da indústria decorrente da simples melhora de seus mecanismos de atuação.

Também Martín-Barbero⁹ nota que “a mediação televisiva ou radiofônica passou a constituir, a fazer parte da trama dos discursos e da própria ação política”. Esta preocupação perpassa todo o livro, onde se sucedem exemplos e conclusões de estudos culturais na América Latina, demonstrando a complexidade da relação entre o

⁸ Ibid, p. 47.

⁹ Martín-Barbero também critica a visão dicotômica, visualizando duas tendências principais de pensamento sociais em relação aos estudos de comunicação e cultura: a que “busca levar em conta os meios” no processo de defesa contra o discurso hegemônico do neoliberalismo e os efeitos da indústria cultural e a que “busca legitimar, através dos meios, a onipresença mediadora do mercado.” MARTÍN-BARBERO (2003), p. 11.

popular e a indústria cultural¹⁰. No entanto, mesmo aceitando a proposta da relação dinâmica entre Matrizes Culturais e Formatos Industriais e de Lógicas de Produção e Competências de Recepção (assim como os estudos de hibridização cultural na América Latina analisados por Canclini), pensamos que é igualmente necessário analisar não só as variadas formas de recepção de um dado discurso em diferentes contextos, mas também a consequência deste discurso no processo social em sua totalidade. Ainda mais quando a relação entre o discurso midiático e política produz reações análogas em contextos sociais muito diferentes. Neste sentido, o que nos preocupa, é como detectar essa tendência homogeneizante e seu processo de desenvolvimento.

Por isso, a importância de se pensar não simplesmente se a Internet propicia a formação de novos tipos de espaços públicos ou se é um instrumento mais eficaz para o controle social, mas observar a dinâmica do contexto social dentro do processo comunicacional, invertendo o sentido do estudo das mediações como o proposto por Martín-Barbero. Deste modo, a comunicação se torna não apenas importante pela consequência do discurso midiático na sociedade, mas também como um indicador da própria dinâmica social.

A interdição do debate

Assim como a mídia é determinante para a construção do sentido nas sociedades industrializadas¹¹,

¹⁰ Esta complexidade já é também observado em períodos históricos anteriores. Questionando a diferença entre cultura popular e erudita e a definição de popular simplesmente como oposição à cultura erudita, Chartier discute como textos de caráter popular (preparações para a morte, livros de civildade cristãs ou mundanas, livros de divertimento) atravessam as fronteiras sociais entre clero, nobreza e Terceiro Estado na França do Antigo Regime. O historiador francês fala da influência exercida pelo texto escrito mesmo entre os que não estão familiarizados com o livro e a absorção pelo erudito das formas populares, reconstituindo assim a complexidade da comunicação cultural. CHARTIER (2004).

¹¹ “Com a total transformação da cultura e dos processos comunicacionais em mercadorias, a cultura e a comunicação passaram a ser dominadas pela linguagem criada para a venda das mercadorias, a publicidade” COELHO (2002), p 37.

poucos hoje negariam a sua influência na realidade política das democracias modernas. Mas por mais que possamos louvar o jornalismo pela função que exerce na estrutura política do modelo democrático, a mídia igualmente marginaliza de modo imediato aquilo que está fora dela, alienando qualquer idéia ou pessoa que não se submeta aos seus padrões. Como lembra Casttels – mesmo salientando que dizer que “a mídia é o espaço da política não quer dizer que a televisão determina as decisões tomadas pelas pessoas” –, a política está inserida na lógica da indústria da comunicação, pois “sem a mídia as propostas e candidatos não têm chance de obter base de apoio”¹². Alguns, como Ianni, até mesmo a colocam no centro do processo, chamando-a de “democracia eletrônica”¹³. De um modo ou de outro, o sistema de comunicação captura o espaço político, que passa a se dar conforme as regras da indústria cultural¹⁴.

O discurso homogeneizado dos veículos de comunicação de massa enfoca as demandas sociais apenas dentro de um limitado campo onde continuam prioritários os interesses de quem detém os recursos (monetários, políticos, técnicos e tecnológicos) necessários para a construção de uma sociedade (idealmente) mais justa. Neste contexto, a realidade apenas existe se fizer parte do sonho global de realização de lucros e do livre comércio: os números (dispostos em diversas tabelas gráficas) *mostram* que o livre comércio reduz a pobreza e a desigualdade. Enquanto a representação do real pelo discurso liberal reveste-se de uma autoridade “matemática”, seus modelos exatos são aplicados em uma realidade não completamente apreendida, ou seja, inexata.

¹² CASTTELS (2001 Vol.2), p. 373-396.

¹³ IANNI (2000), p. 139 e seguintes.

¹⁴ Ressalta-se que “o objeto, aqui, não é o ‘poder dos jornalistas’ – e menos ainda do jornalismo como ‘quarto poder’ –, mas a influência que os *mecanismos* de um campo jornalístico cada vez mais sujeito às exigências do mercado (dos leitores e dos anunciantes) exercem, *em primeiro lugar sobre os jornalistas* (e os intelectuais-jornalistas) e, em seguida, e em parte Através deles, sobre os diferentes campos de produção cultural, campo jurídico, campo literário, campo artístico, campo científico” (BOURDIEU, 1997: 101).

Qualquer modelo alternativo é logo descartado como ideológico e, portanto, não racional. No entanto, o próprio racionalismo técnico é distorcido por uma ideologia¹⁵, um “sistema de crenças” firmemente sedimentado nas estruturas de pensamento. Esta ideologia não é baseada em conflitos de classes (apesar do crescente abismo entre elas) ou raças (apesar das teorias que entendem a história como um choque de civilizações), mas no conflito entre os indivíduos: a competitividade. “Não é de se estranhar, pois, que realidade e ideologia se confundam na apreciação do homem comum, sobretudo porque a ideologia se insere nos objetos e apresenta-se como coisa”¹⁶.

A “ideologia política de maior sucesso na história”¹⁷ que delimita o horizonte da análise se faz presente primeiramente na seleção dos dados, do *segmento* de realidade a ser utilizado. Ao apreender ideologicamente a realidade, tal visão de mundo altera o desenvolvimento das relações de poder. Temos um aparato de dominação no qual as formas conhecidas de soberania e os “países são disciplinados por uma multidão eletrônica de investidores que controlam o acesso ao capital numa economia globalizada”.¹⁸ O resultado é a globalização de uma prática intensificada no Brasil nos últimos anos:

Uma regra que sempre vigorou [...] é a de que só os detentores de riqueza, empresarial ou pessoal, têm reconhecido o direito de defender os seus interesses

¹⁵ Encontramos no *Dicionário de Política* de Bobbio dois significados de ideologia. O significado fraco constitui no sistema de crenças políticas, um conjunto de idéias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos”. O significado forte de ideologia é originário da definição marxista de ideologia, entendida como falsa consciência das relações de domínio entre as classes. BOBBIO (2000), p. 585 a 589.

Já Arendt diz que (...) a ideologia difere da simples opinião na medida em que se pretende detentora da chave da história, e em que julga poder apresentar a solução dos “enigmas do universo” e dominar o conhecimento íntimo das leis universais “ocultas”, que supostamente regem a natureza e o homem ARENDT (2000), p. 189.

¹⁶ SANTOS (2001), p. 39.

¹⁷ ANDERSON (2002).

*(ainda que ilegítimos, em inúmeros casos). Aos assalariados, ao funcionalismo público, aos aposentados da vida árdua, aos detentores de sentimentos nacionais e a tantos e tantos, a defesa dos seus interesses foi sempre negada com a intransponível barreira das desqualificações conceituais [...] Assim o Brasil se tornou um país sem debate. E, portanto, sem idéias, porque o espaço das idéias em confronto foi entregue, cada vez mais, ao empobrecimento de todas as manifestações da inteligência, da criatividade e da cultura.*¹⁹

Com interdição do debate e a manipulação do imaginário coletivo, as teorias econômicas e sociais são naturalmente aplicadas à política e à cultura como leis (quando não se transformam em mitos). Esta racionalidade técnica sufoca a racionalidade crítica²⁰ e impede qualquer possibilidade para além das formas do aparato dominante. Mesmo as tentativas de se pensar criticamente a ideologia liberal e seu instrumental tecnicista se dão nos termos padronizados do pensamento hegemônico ou são imediatamente absorvidas.

Ao atacar o sistema seguindo os padrões estabelecidos pelo próprio sistema, consegue-se afetar expoentes deste aparato hegemônico, mas não a sua estrutura (o aparato em sua totalidade), pois a lógica não é apenas mantida como acaba ampliando-se ao abarcar também a própria contestação. “A revolta que rende homenagem à realidade se torna a marca de fábrica de quem tem uma nova idéia para levar à indústria”²¹. A contestação ao aparato ao invés de fundar-se na racionalidade crítica mergulha nas categorias dominantes

¹⁸ FRIDMAN, T. – *The Lexus and the Olive Tree: Understanding Globalization*, apud NYE (2002), p. 33.

¹⁹ FREITAS (2003).

²⁰ A utilização lucrativa do aparato [as instituições, dispositivos e organizações da indústria em sua situação social dominante] dita em larga escala a quantidade, a forma e o tipo de mercadorias a serem produzidas e, através deste modo de produção e distribuição, o poder tecnológico do aparato afeta toda a racionalidade daqueles a quem serve [...] Sob o impacto deste aparato, a racionalidade individualista se viu transformada em racionalidade tecnológica. MARCUSE (1998), p 77.

²¹ ADORNO (2002), p 25.

da racionalidade técnica, transforma-se em rótulos “sem exploração”, em mais um elemento de marketing para as marcas globais²². A homogeneização é ampla o suficiente para dar a ilusão de escolha ao indivíduo e a personalização dos sistemas *default* já está contemplada pelo sistema.

Certamente esta redução do indivíduo a uma massa uniforme – função que, segundo os frankfurtianos e outros críticos da sociedade de massas, compete à indústria cultural – é limitada por diversos fatores e depende das mediações que as mais variadas culturas exercem no diálogo dialético com o discurso dominante. No entanto, como vimos há um discurso ideológico que é dominante nos meios massivos. É um discurso que busca o domínio absoluto e que atua de forma sistemática e procura reduzir “a infinita pluralidade e diferenciação dos seres humanos como se toda a humanidade fosse apenas um indivíduo”, um discurso que “só é possível quando toda e qualquer pessoa seja reduzida à mesma identidade de reações”²³.

A imposição de modelos ideológicos que desconhecem a existência de outros modelos é também o processo que exclui o que está fora de sua lógica. E do mesmo modo que o sonho de uma humanidade integrada é similar ao sonho europeu de fins do século XIX de “civilizar” esta mesma humanidade, devemos atentar para as similaridades das conseqüências de excluir grandes quantidades de indivíduos do espaço público ou dos espaços privatizados que os substituem:

Só conseguimos perceber a existência de um direito de ter direitos (e isto significa viver numa estrutura onde se é julgado pelas ações e opiniões) e de um direito de pertencer a algum tipo de comunidade organizada, quando surgirem milhões de pessoas que haviam perdido esses direitos e não poderiam recuperá-los devido à nova situação política global. O problema não é que essa calamidade tenha surgido não de alguma falta de civilização, atraso ou simples tirania, mas sim que ela não

²² KLEIN (2002), p. 456.

*pudesse ser reparada, porque já não há qualquer lugar ‘incivilizado’ na terra, pois, queiramos ou não, já começamos a viver num Mundo único. Só com uma humanidade completamente organizada, a perda do lar e da condição política de um homem pode equivaler à sua expulsão da humanidade.*²⁴

Naturalmente, assim como existem muitos pontos de contato entre a onda de globalização que se inicia na década de 70 do século XIX e a atual, também podemos listar grandes diferenças históricas. No entanto, para além de uma comparação entre processos históricos e ideologias²⁵, o que nos chama atenção neste processo é a preponderância dos meios de comunicação na dinâmica das sociedades de massa, não em busca do que possa ser idealmente definido como sua “função”, mas pelo o que a análise do processo comunicacional pode nos revelar desta sociedade.

Pelo que vimos aqui, a mídia hoje absorve e realimenta um discurso hegemônico que determina a realidade e aliena qualquer possibilidade de debate que fuja de seus padrões. Resta saber se para além desta redução da comunicação a uma relação monológico, há

²³ ARENDT (2000), p. 488.

²⁴ Ibid, p. 330.

²⁵ É interessante notar, neste ponto, como também muitos conceitos ideológicos do século XIX retornam neste começo de século XXI com nova abordagem. Particularmente instigante é a comparação entre os escritos do conde Arthur Gobineau (cuja teoria do determinismo racial influenciou o desenvolvimento de políticas racistas na Europa) com a tese do Choque de Civilizações de Samuel P. Huntington, que ganhou amplo espaço na mídia após os atentados terroristas contras as torres gêmeas do World Trade Center.

Gobineau escreve seu *Essai sur l’inégalité* para procurar a força singular que regeria as civilizações em sua ascensão e seu declínio (ARENDDT: 2000, p. 203). Huntington quer fornecer “uma lenta significativa e útil através da qual se possa examinar os acontecimentos internacionais”. (HUNTINGTON: 1996, p. 12)

Gobineau acreditava que a decadência da França no século XIX (e, por tabela, da civilização ocidental) era conseqüência da degenerência da raça, “e de que esta, ao conduzir ao declínio, é causada pela mistura de sangue” (ARENDDT (2000), p. 203). Huntington escreve que a decadência dos Estados Unidos (e conseqüentemente da civilização ocidental) virá se houver um repúdio do “Credo” e se os multiculturalistas “promoverem outras identidades e agrupamentos raciais, étnicos e de outras culturas subnacionais”. (HUNTINGTON: 1996, p. 389).

no momento da recepção elementos significativos o suficiente para resistir a este discurso dominante e restabelecer o dialogismo na mediação do homem com a sua realidade.

Por outro lado, a organização da sociedade em rede²⁶ – reflexo da reestruturação capitalista – é caracterizada, entre diversos outros aspectos, pela “transformação das bases materiais da vida [...] mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e das elites dominantes”. Temos um novo abalo das instituições e da cultura estabelecidas, das instituições políticas e das formas de produção.

Este abalo não é propriamente recente, pois já alertava Marx em meados do século XIX: “a revolução contínua da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a eterna agitação e incerteza [...] Tudo que é sólido desmancha no ar, tudo que é sagrado é profanado”²⁷. Mas com a “convergência da evolução histórica e da transformação tecnológica, entramos em um modelo genuinamente cultural de interação e organização social” e a informação torna-se “o principal ingrediente (...) e os fluxos de mensagens e imagens entre as redes constituem o encadeamento básico de nossa estrutura social”²⁸. Ou seja, com a produtividade e a competitividade dos agentes econômicos dependendo de suas capacidades de processar conhecimento, o controle do acesso à informação é determinante para constituição social do mundo globalizado.

Enquanto o acesso à informação permite o ingresso nas estruturas dominantes desta nova organização social, a propriedade desta informação torna-se fonte de poder e dominação, assim como era o capital na sociedade industrial, mesmo que hoje a propriedade do meio (informação) não signifique controle (dos fluxos). Assim, as novas tecnologias da informação que nascem com e possibilitam esta sociedade em rede apontam tanto para a distopia do controle absoluto do indivíduo quanto para a utopia de sua libertação.

A propriedade da informação

A questão do acesso (ou direito) à informação esbarra em um dilema crucial para os debates sobre a assim denominada Sociedade da Informação: o conflito entre a justa remuneração econômica proveniente da propriedade intelectual e Bem Público resultante da difusão e processamento da informação²⁹. A questão escapa dos debates normativos quando lembramos que limitar o uso da informação é barrar o desenvolvimento social, pois o conhecimento nunca é gerado no vácuo e sempre apoiado no processamento de informações (obras) já disponíveis.

O que é atingindo com as novas formas de reprodução e distribuição é o conjunto de prerrogativas patrimoniais do autor, não o valor moral da obra. Aliás, isso nem mesmo seria possível, pois como nos lembra Walter Benjamin, o “critério de autenticidade não mais se aplica à produção artística” em uma era de reprodutibilidade técnica³⁰. E para que a necessidade da

²⁶ CASTELLS (2001 – Vol. 2), p. 17. Castells chama de espaço de fluxos a nova lógica espacial da sociedade em rede. Este novo espaço é caracterizado pelas redes de comunicação (e seus nós ou espaços físicos privilegiados, como Nova York, Londres e Tóquio para a rede do sistema financeiro). As redes unem diferentes lugares, atribuindo a cada um deles “pesos e papéis diferentes em uma hierarquia de geração de riquezas, processamento da informação e poder”. Para o autor, “o espaço de fluxos é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos. - CASTELLS (2001 – Vol. 1), p. 404, 436 e 439.

²⁷ MARX (1978), p. 96.

²⁸ CASTELLS (2001 - Vol. 1), p. 505.

²⁹ A discussão sobre a defesa da propriedade intelectual se dá hoje prioritariamente no campo jurídico por causa da inexistência de uma tecnologia segura que impeça a reprodução digital não autorizada. Biddle, England, Peinado e Willman demonstraram a impossibilidade de se inibir as redes de distribuição usadas para trocas de arquivos digitais (principalmente as redes *peer-to-peer*, chamadas pelos os autores de Darknet). Segundo estes pesquisadores, há um único componente da infra-estrutura destas redes que pode ser atacado: seu banco de dados. No entanto, “as outras capacidades tecnológicas da darknet... não apenas permanecerão disponíveis, como rapidamente aumentarão seu poder, baseado nos avanços tecnológicos gerais e na possível incorporação da criptografia”. BIDDLE (2002).

³⁰ BENJAMIN apud LIMA (2000), p. 230.

ação política na arena em que se debate a questão do direito autoral não seja confundida com uma reformulação de ideologias estatizantes, lembramos que “as instituições oficiais são constituídas para impor o cumprimento das relações de poder existentes em cada período histórico, inclusive os controles, limites e contratos sociais conseguidos nas lutas pelo poder”³¹.

Produtores de informação (como áudio, vídeo e software³²) mantêm uma relação paradoxal com a difusão de informação através das redes digitais. Por um lado, as redes propiciam uma rápida difusão do novo produto – e, algo importante quando o produto é software, carregam consigo os padrões proprietários destas empresas. Por outro, há um momento em que a livre troca de informações cessa o lucro dos produtores da informação. Desse modo, é prioritário para tais empresas o controle do que é transportado digitalmente através das redes. E um dos principais meios para se alcançar tal controle é a ampliação dos direitos sobre a propriedade intelectual³³.

Desde a Revolução Francesa, o direito autoral consiste no direito de utilização patrimonial da obra intelectual, ou seja, “o direito de exploração econômica da obra é o elemento que prioritariamente preocupa os legisladores a respeito da regulamentação”³⁴ da propriedade intelectual. Este direito patrimonial é seriamente ameaçado com as novas técnicas de reprodução e a difusão de informação através das redes digitais, que quebram com facilidade as tradicionais formas de bloqueio à difusão de cópias ilegais. Mesmo a repreensão policial a este tipo de atividade configura-se limitada devido à amplitude de difusão da informação digital.

Então, para assegurar o direito patrimonial, debate-se a criação de um novo conceito de propriedade intelectual. Começa a se pensar o direito autoral “como

uma ferramenta através da qual os proprietários do copyright extraem todo o potencial valor comercial de suas obras, ainda que isso signifique que os usos tradicionalmente considerados legais estejam agora sob o controle do proprietário do copyright”³⁵. Isso altera o princípio segundo o qual “a utilização meramente intelectual da obra não se sujeita ao controle do autor”³⁶.

Por isso, setores da sociedade civil norte-americana e alguns intelectuais argumentam este novo conceito e as novas tecnologias de controle atingem o próprio “ethos” dos Estados Unidos ao trocar a noção de que fatos e idéias não têm dono por um mundo “no qual cada palavra que lemos, cada imagem que vemos é monitorada e gravada”³⁷. Lessig diz que “a criptografia e os mecanismos de propriedade tendem a ignorar [o Fair Use³⁸]... proibindo qualquer forma de uso. Cria-se uma sociedade em que as leis estão subordinadas ao código, ou seja, ainda que o estado permita, as corporações proíbem”³⁹.

Totalitarismo digital e corporativo

Há então o perigo dos mecanismos de propriedade subordinarem as leis ao código, dos direitos econômicos das grandes corporações sobreporem-se a outros direitos da sociedade. Ou seja, totaliza-se as relações sociais não mais em uma estrutura política ou estatal, mas corporativa. Esta subordinação aos interesses econômicos não pode ser desprezada, mesmo sendo legítima a defesa das empresas de mídia contra a cópia e transmissão de informação protegida por copyright através das redes digitais.

³¹ CASTELLS (2001 – Vol.1), p. 33.

³² Nos EUA, softwares são registrados como obras literárias.

³³ O Direito Autoral é um Direito Intelectual da mesma forma que o Direito do Inventor e o Direito Marcário, ambos pertencentes ao campo da Propriedade Industrial.

³⁴ MANSO (1992), p. 21

³⁵ LITMAN (2001).

³⁶ MANSO (1992), p. 20. O autor complementa: “desde que o autor se tenha decidido a publicar a sua obra... a sua utilização intelectual se torna livre a qualquer um que a ela tenha acesso”.

³⁷ LITMAN (2001).

³⁸ A legislação norte-americana prevê o uso livre para a manipulação intelectual da obra, em caso de citações, por exemplo.

³⁹ LESSIG (1999).

De qualquer maneira, mesmo não considerando as hipotéticas conseqüências de uma totalização econômica, a ampliação dos mecanismos de controle do titular do direito autoral já gera dúvidas sobre os possíveis danos que tal legislação teria em uma sociedade democrática. Nos Estados Unidos, por exemplo, um projeto de lei do deputado democrata Howard Berman propôs dar aos “titulares de direitos autorais o direito de desabilitar o uso desautorizado de seus trabalhos em redes, usando táticas e tecnologias ainda não definidas”⁴⁰. Em um painel para discutir este projeto, enquanto o vice-presidente da MPAA (a associação norte-americana dos produtores cinematográficos) dizia que tal lei apenas asseguraria os poderes dos titulares sem expandir os limites dos direitos autorais, intelectuais alertavam para o fato da lei de Berman revogar direitos tradicionais de cópia pessoal do consumidor apenas para satisfazer interesses da grande mídia. O que mais chama a atenção neste debate é a possibilidade dos titulares de direitos autorais terem a permissão legal, ao menos teoricamente, para invadir sistemas de computadores, infectar redes com vírus maliciosos e conduzir ataques do tipo *Denial of Service*⁴¹. Mesmo que os titulares da propriedade intelectual sejam responsabilizados por algum tipo de dano ao impedir desta forma a troca de arquivos, há quem considere difícil detectar ou processar o culpado em um caso desses⁴².

Também nos Estados Unidos, a empresa de telecomunicações Verizon Communications resistiu a “ser usada como ferramenta policial em defesa dos direitos autorais da indústria fonográfica”⁴³. Alegando que a privacidade de seus usuários e a viabilidade do uso da Internet estavam em jogo, a empresa afirmou em uma audiência pública “que não deveria ser forçada a expulsar

clientes que usem serviços *peer-to-peer*⁴⁴ [...] e que não deveria ser forçada a monitorar as atividades de seus usuários”⁴⁵.

Já na Espanha, em 2002, administradores de sites tiraram suas páginas do ar em protesto contra a Lei de Serviços Sociais de Informação e Comércio Eletrônico (LSSI, sigla em espanhol). O protesto lembra a luta contra uma outra faceta do fascismo: o “controle das informações e dos meios de comunicação de massas”⁴⁶. Isso porque a LSSI “determina que os sites têm que se registrar junto ao governo e os ISPs⁴⁷ são obrigados a monitorar o conteúdo dos sites de seus clientes, vetando e denunciando qualquer conteúdo julgado ilícito”⁴⁸. E, segundo a Universidade de Harvard, o site de buscas *Google* já remove, em seus sistemas locais de busca na França e na Alemanha, centenas de sites que podem ser considerados ilegais nestes dois países⁴⁹.

O resgate das práticas totalitárias pode parecer algo distante e fora de propósito, mas lembremos que “a verdadeira dominação social provém do fato de os códigos culturais estarem embutidos na estrutura social de tal forma que a posse desses códigos abre o acesso à estrutura do poder sem que a elite precise conspirar para impedir o acesso a suas redes”⁵⁰. Ou seja, o controle do acesso à informação é determinante para constituição social do mundo globalizado. Após apossar-se deste controle, as grandes corporações tentam então alterar os demais códigos que regem a vida em sociedade fortalecendo e legitimando este novo poder. Ao modificar-se a estrutura jurídica a fim de que os direitos patrimoniais das empresas de mídia sejam assegurados em uma nova

⁴⁰ WIRED (2002).

⁴¹ Os ataques do tipo *Denial of Service* (Ataques de Negação de Serviços) são tentativas de sobrecarregar uma determinada rede de modo a impedir que seus usuários consigam utilizá-la.

⁴² Ibid.

⁴³ REUTERS (2002)

⁴⁴ Além das redes *peer-to-peer* (como o Napster e o Morpheus), arquivos protegidos por copyright também podem ser transmitidos através de ferramentas como o e-mail, por exemplo. Mas, neste caso, a rede de distribuição é muito mais restrita, não gerando perdas em uma escala que chegue a incomodar as empresas de mídia.

⁴⁵ REUTERS (2002).

⁴⁶ BOBBIO (2002).

⁴⁷ Provedores de serviços de Internet.

⁴⁸ FOLHA ONLINE (2002).

⁴⁹ INFO (2002).

⁵⁰ CASTELLS (2001 - Vol.1), p 497.

era da reprodutibilidade em rede, o próprio conceito de democracia é atingido.

Lembramos também que a complexidade da sociedade em rede impede uma visão dicotômica do processo⁵¹. Neste trabalho os produtores de conteúdo aparecem como defensores de um sistema de leis que ameaça a democracia ao assegurar às corporações um controle absoluto sobre como nos informamos. Isso acontece porque eles, ao defenderem seu justo direito do retorno econômico de suas obras, não consideram as conseqüências para a sociedade. Para as empresas de mídia e software, quanto maior o controle sobre o código, melhor. Só que o debate não se encerra nos direitos econômicos destas empresas, sendo necessário focar prioritariamente o interesse público.

Comunidades virtuais e espaço público

Ora, se a propriedade da informação (do código) – e devemos lembrar que com a tecnologia da informação o fluxo de poder se dá em arquiteturas proprietárias que permitem grande parte das conexões às redes – suplanta as instituições sociais na formatação dos relacionamentos, a discussão é também política. A necessidade constante nesta nova forma de organização social de produzir legitimidade apenas reforça a importância de se discutir sua constituição jurídica em novas bases. Além da inclusão da maior parte da humanidade marginalizada no processo (uma tarefa hercúlea), é preciso também mudar a distribuição de poder nos fluxos da rede entre os já incluídos (conectados). Ou seja, torna-se necessário repensar as formas de ação política, visando a distribuição de recursos de forma mais equânime.

Com as atividades econômicas, organização social, estrutura do trabalho e relações culturais

transformadas pela sociedade em rede (possibilitada pelas novas tecnologias da informação), a ação política está além de seus tradicionais campos de atuação. E acreditamos que a redefinição dos conceitos de direito autoral, desde o estabelecimento do livre acesso à informação até o uso de redes informacionais com estruturas abertas, sem a concentração de poder proprietário visando vantagens econômicas, está no centro desta nova forma de agir político.

O enfoque na estrutura aberta como alternativa política à predominância das estruturas corporativas, à sua lógica organizacional e às redes de capital é derivada da constatação que as novas tecnologias de comunicação permitem a formação de um novo espaço público, que resiste a ser “formatado” pelas necessidades empresariais e do capital financeiro.

Este novo espaço público, tornando real nas comunidades virtuais geradas em torno dos mais diversos interesses, forma-se espontaneamente nos fluxos de rede. É claro que nem toda comunidade virtual é uma identidade de resistência⁵² ou de projeto⁵³, mas as novas tecnologias digitais da informação nos possibilitam repensar uma questão que está no cerne da problemática da sociedade de massas: o despertar da consciência individual. Pois o indivíduo não está mais isolado em sua racionalidade crítica, mas integrado através de comunidades eletrônicas, evitando que o seu individualismo se transforme em um agir egoísta, possibilitando contrabalançar o individualismo competitivo que afeta a constituição tanto da *polis* quanto do moderno Estado-nação.

⁵¹ A Recording Industry Association of America, por exemplo, tem interesse tanto em defender os direitos da livre criação e são ostensivamente contra a censura quanto investem contra a livre circulação de informações que não lhe permitam extrair todo o ganho econômico possível da propriedade intelectual.

⁵² Para Castells, identidade de resistência é a “criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos” - CASTELLS (2001 – Vol. 2), p. 24.

⁵³ Identidade de projeto é “quando os atores sociais... constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social. CASTELLS (2001 – Vol.2), p. 24”.

Em contraposição à subordinação da sociedade aos códigos das grandes corporações, temos as comunidades virtuais geradas espontaneamente na última década. Mesmo quando criadas com as perspectivas de monetização, elas interagem continuamente, impossibilitando o seu controle: são um novo fluxo dentro do espaço de fluxos. Assim, vislumbramos potencialmente nestas novas comunidades o tesouro perdido que Arendt diz que a humanidade encontra e perde nas grandes revoluções. Uma reencarnação da tradição que procura nomear e preservar o que foi conquistado e perdido na Resistência ao fascismo, nas Revoluções Francesa e Americana, no outono de 1956 em Budapeste:

E, todavia, se voltarmos as vistas para o princípio desta era, e sobretudo para as décadas que a precedem, poderemos descobrir, para nossa surpresa, que o século XVIII, em ambos os lados do Atlântico, possuiu um nome para este tesouro, desde então esquecido e perdido – quase o diríamos – antes mesmo que o próprio tesouro desaparecesse. O nome, na América, foi “felicidade pública”, que com suas conotações de “virtude” e “glória” entendemos tão pouco como a sua contrapartida francesa, “liberdade pública”: a dificuldade para nós está em que, em ambos os casos, a ênfase recaía sobre “público”.⁵⁴

A estrutura descentralizada das novas redes computacionais favorece a autodeterminação das comunidades cibernéticas e a diversidade cultural, social e política: “embora muitos tenham observado que os recentes protestos de massa teriam sido impossíveis sem a Internet, o que foi esquecido é como a tecnologia da comunicação que facilita essas campanhas está moldando o movimento à sua própria imagem [...] o consenso forçado e manifestos elaborados desaparecem ao fundo, substituídos por uma cultura de troca de informações constante, frouxamente estruturada e às vezes compulsiva”.⁵⁵

Alterando os valores criados pela indústria cultural, talvez uma consciência crítica (decorrente de um discurso dialógico, se este existir nos meios emergentes de informação) possibilite o surgimento de valores que não pertençam ao conjunto destinado a manter o aparato político-social-cultural-econômico. É usar a mesma tecnologia que permite a maior integração dos valores de *branding* dos produtos culturais para libertar o indivíduo massificado transformando-o em sujeito do processo cultural.

Por certo a economia turbinada por estas novas tecnologias reforça o aspecto da eficiência competitiva, pilar da racionalidade tecnológica. Mas a quebra da propriedade intelectual pode levar à quebra da lógica do lucro, separando a obediência às instruções da razão. Cabe lembrar que toda a infra-estrutura das Internet, o centro da sociedade em rede, foi desenvolvida a partir de informações não proprietárias⁵⁶, tendo como resultado uma a plataforma de mídias que é basicamente uma interconexão de redes onde a informação circula de forma não hierarquizada (hipertexto) e permite uma comunicação não mais de um → todos, mas todos ↔ todos, onde ganha importância a interatividade.

O espetáculo

Como vimos, o aparato midiático altera códigos historicamente estabelecidos na tentativa de proteger os lucros da indústria cultural e o poder de determinar quando, onde e o que será culturalmente consumido. Totalizam-se as relações sociais não mais em uma estrutura política ou estatal, mas corporativa: novos mecanismos de proteção ao direito autoral. E com a homogeneização do pensamento, qualquer tentativa da

⁵⁶ Apesar de grande parte do desenvolvimento da Internet ter sido realizado a partir de um programa do Departamento de Estado dos EUA (a ARPANET), grande parte da tecnologia foi distribuída livremente e gratuitamente, o que possibilitou a sua expansão e interconexão. O físico Berners Lee, por exemplo, desenvolveu o primeiro navegador web e disponibilizou o código na Net. Assim, outras pessoas passaram a desenvolver seus próprios navegadores a partir dele. Também outras tecnologias importantes para a configuração da Internet foram

⁵⁴ ARENDT (1997), p 30.

⁵⁵ KLEIN (2002), p 479.

mídia em resgatar alguns de seus princípios e fugir do “consenso do senso comum” é logo sufocada por uma opinião conservadora majoritária, que considera “esses princípios como se eles derivassem do *Manifesto Comunista*”⁵⁷. Ou, dito de outra maneira, “o próprio exercício de poder pela mídia e os grandes conglomerados comunicacionais, que se torna simultaneamente obscurecido e legitimado, pois o exercício (ilusório) do poder pelo público é propiciado pela indústria cultural (emissoras de tv) e pelos que controlam a infra-estrutura comunicacional (companhias telefônicas, provedores de Internet)”⁵⁸.

Por outro lado, as estruturas de comunicação em rede podem permitir um afloramento da consciência individual de modo a formar o que Adorno duvidava ser possível em uma sociedade de massa: “indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente”⁵⁹. Isso, teoricamente, levaria esta sociedade a escapar dos aparatos ideológicos de controle –, desde que a informação que circula nesta rede não seja controlada. Ocupar o espaço da mídia com informação não controlada, segundo Eco

*[...] mudaria o modo de produzir a informação e assim o de intervenção política [...], [haveria contra os grandes dinossauros da comunicação de massa] o mesmo movimento de desconfiança que a maioria da população italiana desenvolveu em relação aos jornais e rádios controlados pelo regime fascista. [...] Ao novo totalitarismo não se opõe indo para as montanhas, mas conectando-se online.*⁶⁰

Nesta resistência às novas formas de totalitarismo é imprescindível que a mediação entre a realidade e o indivíduo não esteja sob controles ideológicos que barrem a racionalidade crítica. Para que se estruture um sistema

de comunicação que devolva ao indivíduo a sua condição de sujeito é necessário que a informação deixe de ser objeto de consumo e se transforme em ponto de partida para a observação crítica da realidade, constituindo-se uma relação dialógica nos moldes de que falam tanto Paulo Freire quanto Bakhtin. É preciso desmistificar a cultura do consumo, trocando a eficiência técnica padronizada pela produção individualizada sem que se reproduz sem obedecer a tendências hegemônicas.

Ao descentralizarem a distribuição da informação, as novas tecnologias dão ao indivíduo acesso aos instrumentos (não mais mecânicos, mas digitais) de reprodução, mas, acima de tudo, é condição necessária (embora não suficiente) que a informação seja livre. Se restrições legais impedem o indivíduo de usar as informações disponíveis para recriar a cultura e a ciência, o saber coletivo serve apenas à lógica do lucro. Se o indivíduo tem acesso negado a determinadas informações (como o código-fonte de sistemas operacionais ou a seqüenciamentos genômicos), o conhecimento acumulado não serve mais para o progresso da humanidade. Se a informação é mediada por uma indústria cultural monopolizada, o controle das massas é legitimado pela alteração ideológica da realidade. Foi com a consolidação do saber coletivo resultante de uma outra revolução informacional que permitiu à ação revolucionária liberal colocar um “fim a todas as relações feudais, patriarcais e idílicas”⁶¹. Agora, com as técnicas de reprodução digitais, este Bem Público compartilhado pode intensificar a comunicação e o conhecimento humano e iniciar uma nova etapa de desenvolvimento social.

Como lembra Hannah Arendt, “o que prepara os homens para o domínio totalitário no mundo não-totalitário é o fato de que a solidão [...] passou a ser [...] a experiência diária de massas cada vez maiores. O impiedoso processo no qual o totalitarismo engolfa e organiza as massas parece uma fuga suicida desta realidade”⁶². O que nos leva a pensar que para

compartilhadas: o MODEM, o HTTP, o sistema UNIX sobre a qual rodam a maioria dos servidores web etc.

⁵⁷ ALTERMAN (2003).

⁵⁸ COELHO (2002), p. 42.

⁵⁹ ADORNO (1986), p. 99.

⁶⁰ ECO (2003).

⁶¹ MARX (1978), p. 96.

⁶² ARENDT(2000), p. 530.

entendermos as implicações sociais dos *media* para além das características dos meios, precisamos colocar a problemática do ser no centro do debate. Deveria soar como obviedade dizer que o homem dá às ferramentas a utilização desejada pelos seus conceitos – e isso de um modo anterior às idéias platônicas – mas nos acostumamos a refletir como o meio formata a mensagem, que o meio, e não o homem, é a mensagem.

Analisando a ação humana (e tecnológica) a partir de uma perspectiva histórica mais ampla, podemos observar que:

esquemáticamente falando, a Antigüidade grega concordava em que a mais alta forma de vida humana era dependida em uma polis e em que a suprema capacidade humana era a fala - dzõon politikón e dzõon lógon ékhon, na famosa citação dupla de Aristóteles; a Filosofia medieval e romana definia o homem como animal rationale; nos estágios iniciais da Idade Moderna, o homem era primariamente concebido como homo faber até que, no século XIX, o homem foi interpretado como um animal laborans, cujo metabolismo com a natureza geraria a mais alta produtividade de que a vida humana é capaz. Contra o fundo dessas definições esquemáticas, seria adequado para o mundo em que vivemos definir o homem como um ser capaz de ação; pois esta capacidade parece ter-se tornado o centro de todas as demais faculdades humanas⁶³.

O discurso, poderoso instrumento de tais faculdades humanas, não escapa a esta definição de homem. Voltado para a ação, o discurso hoje, na assim chamada Sociedade da Informação, é mais um fator de produtividade do que apoio à reflexão. Não mais o *logos* dá sentido e fundamenta o ser, nem se junta à deusa *Mnemosýne* (memória) para produzir (ou revelar) a *alétheia* (a verdade, em seu sentido literal: o não-esquecimento). Ou seja, o discurso segue o homem em sua trajetória de *rationale* a *laborans*. No entanto, seguindo a lógica desta trajetória, não apenas a dinâmica

social determina o discurso: também o *logos* realiza a transformação da sociedade.

Deste modo, se a observação de Eco está correta, a resistência às novas formas de totalitarismo só será possível com o acesso irrestrito à informação. Por outro lado, se a informação é controlada e mediada por uma indústria cultural monopolizada, o controle das massas é legitimado pela alteração ideológica da realidade. Para nós, o entendimento do que se passa entre o indivíduo e os meios é uma forma de coletar indícios para começarmos a refletir sobre o que é o homem moderno e que tipo de sociedade é a capaz de ser construída por ele. Com vimos, o estudo das mediações não pode entender a presença do popular no discurso hegemônico como um valor positivo *per si* e os resultados sociais provocados pelos sentidos dos discursos e suas mediações devem estar sempre presentes na análise.

Isso não significa retroceder o debate tentando encontrar uma fonte primordial do fluxo de informações na sociedade globalizada que determine *a priori* o conteúdo do discurso. O que notamos é que, mesmo com todas as possíveis mediações do discurso geradas por contextos e receptores diversos, há uma predominância de alguns elementos do discurso hegemônico que acompanham a transformação política e econômica da sociedade globalizada. Para isso, acreditamos ser necessário reafirmar a importância da mensagem nas relações humanas, não descolada dos meios, mas travando com este uma relação dialética. Pois se o meio digital é o que possibilita a convergência da *mnemosýne* com o *logos*, é a constituição de uma nova *alétheia* por este *logos* que pode nos levar para o próximo estágio (não no sentido positivista de uma cadeia evolutiva, mas sim de formação de um novo conjunto de conceitos para explicar a dinâmica da sociedade no que pode se configurar em um novo contexto histórico) nesta trajetória *rationale* – *faber* – *laborans*.

⁶³ ARENDT (1997), p. 95.

Pensamos que algumas destas repostas podem ser obtidas analisando as efetivações das novas tecnologias da informação. Segundo Bahktin, observar as alterações da fala é o melhor modo de acompanhar as transformações sociais:

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais.⁶⁴

Assim, a possibilidade de existência de discursos dialógicos em um conjunto polifônico de vozes comunicativas é, em nossa visão, fundamental para nos ajudar a refletir em novas bases o dilema da sociedade de massas que incomodava já a Toqueville e iluminar a trajetória *rationale – faber – laborans*. Procurar compreender até que ponto o meio, enquanto estrutura descentralizada, favorece a autodeterminação das comunidades cibernéticas e a diversidade cultural, social e política, ao menos em comparação aos aparelhos tradicionais da indústria cultural, seria o ponto de partida para a reflexão sobre as possibilidades e obstáculos de uma nova forma de espaço público na sociedade globalizada.

Ao procurarmos as diversas formas de utilização dos meios digitais não queremos apenas descobrir como esses meios alteraram o *status quo* ou como estes meios afetam a maneira como raciocinamos. Por certo é um ponto importante o relacionamento do homem com a

tecnologia, mas apenas anotar os efeitos desta relação serve unicamente para aprendermos a usar a tecnologia de modo mais eficaz. O que pretendemos ao contrapor as potencialidades com as efetivações da tecnologia é estabelecer uma forma de entender as transformações da sociedade e apreender a sua dinâmica. Procurar pelo dialogismo no meio digital não se configura assim como uma espécie de elogio integrado ou crítica apocalíptica ao novo meio, mas uma forma de conectar o estudo da mediação (já que se procura justamente a transformação do discurso hegemônico e o seu uso em um outro meio, que é específico e pode-se configurar como uma comunidade) e o contexto histórico (analisando o discurso dominante e estudando sua relação dialética com outros contextos que não o da grande mídia).

Como vimos, os meios digitais permitem a formação de espaços alternativos ao mesmo tempo em que estabelecem um novo marco no controle do indivíduo. Qual será o uso predominante é uma reposta que só podemos dar analisando os movimentos históricos em sua totalidade. Acreditamos que o próximo passo é confrontar as tecnologias emergentes de comunicação não mediadas pelos aparatos dominantes com a estrutura de comunicação massiva, sistematizando os discursos ideológicos e desvendando se há novas vozes no processo social de produção e comunicação simbólica. Discernir se tais tecnologias emergentes podem permitir ao indivíduo resgatar a sua condição de sujeito, configurando-se assim a existência de um novo espaço público caracterizado pelas trocas de informações através dos meios eletrônicos.

⁶⁴ BAKHTIN (1986), p. 41.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. – *A Indústria Cultural* in *Adorno*, Editora Ática, São Paulo, 1986.
- ADORNO, Theodor W., HORKHEIMER, Max – *O Iluminismo Como Mistificação das Massas* in *Indústria Cultural e Sociedade*, Paz e Terra, 2002.
- ARENDT, Hanna – *Origens do Totalitarismo – Anti-Semitismo, Imperialismo, Totalitarismo*, São Paulo: Companhia da Letras, 2000.
- _____ – *Entre o Passado e O Futuro*, Editora Perspectiva, 1997.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Hucitec, 1986.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco – *Dicionário de Política*, UnB/Imprensa Oficial, 2000.
- BOURDIEU, Pierre – *Sobre a televisão*, Jorge Zahar Editor, 1997.
- CASTTLES, Manuel – *A Sociedade em Rede*, 1º volume de *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Paz e Terra, 2001.
- _____ – *Fim de Milênio*, 3º volume de *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Paz e Terra, 2000.
- _____ – *O Poder da Identidade*, 2º volume de *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Paz e Terra, 2001.
- CHARTIER, Roger - *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*, São Paulo: UNESP, 2004.
- ECO, Umberto – *Apocalittici e Integrati – Comunicazioni di massa e teorie della cultura di massa*. Milão: Bompiani, 1999.
- HOBBSAWN, Eric – *Era dos Extremos – O Breve século XX: 1914-1991*, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- HUNTINGTON, Samuel P. – *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*, Objetiva, 1996.
- IANNI, *Enigmas da modernidade-mundo*, Civilização Brasileira, 2000.
- KLEIN, Naomi – *Sem Logo, A Tirania das Marcas em Um Planeta Vendido*, Editora Record, 2002.
- LESSIG, Lawrence – *Code and others laws of cyberspace*, Nova York: Basic Books, 1999.
- LIMA, Luiz Costa (org) – *Teoria da Cultura de Massa*, Paz e Terra, 2000.
- LITMAN, Jessica – *Digital Copyright: Protecting Intellectual Property on the Internet*, Prometheus Books, 2001. Introdução e Capítulo II (*The Art of Making Copyright Laws*) disponíveis em www.msen.com/~litman/digital-copyright/toc.html.
- MANSO, Eduardo J. Vieira - *O Que É Direito Autoral*, Editora Brasiliense, 1992.
- MARCUSE, Herbert – *Algumas Implicações Sociais da Tecnologia Moderna* in *Tecnologia, Guerra e Fascismo*, Editora Unesp, 1998.
- MARTÍN-BARBERO, Jesus – *Dos meios às mediações*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.
- MARX, Karl, e ENGELS, Friedrich – *Manifesto do Partido Comunista*, Zahar, 1978.
- NYE Jr., Joseph – *O Paradoxo do Poder Americano*, Editora Unesp, 2003.
- SANTOS, Milton - *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*, Record, 2001.
- TOCQUEVILLE, Alexis – *A Democracia na América* in *Os Pensadores* volume XXIX, São Paulo: Abril, 1973.

Artigos publicados em periódicos e estudos disponíveis na Internet

ALTERMAN, Eric – *Liberal Signs of Life*, artigo publicado no jornal The Nation, edição de 26 de junho de 2003.

ANDERSON, Perry — *Lições da Era Neoliberal*, artigo publicado no semanário Carta Capital, edição de 30 de outubro de 2002, página 72.

BIDDLE, Peter, ENGLAND, Paul, PEINADO, Marcus, e WILLMAN, Bryan – *The Darknet an the Future of Content Distribution*, Microsoft Corporation, 2002. Texto integral disponível em www.quicktopic.com/18/D/drkxtY8TMZH6b.html.

COELHO, Cláudio Novaes Pinto - *O conceito de indústria cultural e a comunicação na sociedade contemporânea IN: Revista Comunicare*. Volume 2, nº 2. São Paulo: Paulus, 2002.

ECO, Umberto – *Como Cambiera la Política*, artigo publicado no semanário L'Espresso, edição de 01 de janeiro de 2003.

FREITAS, Jânio – *A Outra Indigência*, artigo de Jânio de Freitas, artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo, edição de 5 de janeiro de 2003, página A7.

Periódicos

FOLHA ONLINE (2002): *Sites saem do ar na Espanha em protesto à lei de censura na web*, 14/10/2002 - 16h07, em www1.uol.com.br/folha/informatica/ult124u11294.shtml.

INFO ONLINE (2002): *Google censura sites na França e Alemanha*, 25 de outubro de 2002 - 09h51, em www2.uol.com.br/info/aberto/infonews/102002/25102002-2.shl.

REUTERS (2002): *Verizon compra briga de usuários de P2P*, 7 de outubro de 2002 - 09h59, em www2.uol.com.br/info/aberto/infonews/102002/07102002-2.shl.

WIRED (2002): *P2P Pugilists Put Up Their Dukes*, 24 de setembro de 2002, em www.wired.com/news/politics/0,1283,55294,00.html.